INDICAÇÃO Nº 321/2024

INDICA AO PREFEITO DE PARAUAPEBAS, DARCI LERMEN, **QUE CORRIJA E ADEQUE A REMUNERAÇÃO DOS CONDUTORES DE TRANSPORTE ESCOLAR COM BASE NO MÉDIA DE MERCADO.**

AUTORA: ELIENE SOARES

Após cumprido o rito regimental, seja a cópia desta Indicação encaminhada ao Chefe do Poder Executivo para as providências cabíveis.

JUSTIFICATIVA

Temos 129 profissionais atuando como condutores de transporte escolar, na cidade na zona rural, transportando cerca de 12 mil estudantes da rede pública municipal, mas corremos alto risco de perder essa mão de obra para empresas privadas em razão da remuneração pouco atrativa paga atualmente pela Prefeitura de Parauapebas.

Quando o cargo de condutor de transporte escolar foi criado no ano passado pela Secretaria Municipal de Administração (Semad), para atender as necessidades da prefeitura, a remuneração básica foi mal dimensionada, e no primeiro processo seletivo não conseguimos preencher todas as vagas. Fizemos um segundo PSS e, ainda assim, muitos profissionais se mostram desmotivados e ameaçam trocar a prefeitura por empresas privadas. Estamos a ponto de não conseguirmos reter profissionais porque esse é um dos poucos cargos da prefeitura que pagam salário abaixo da média de mercado.

MELHORIA SALARIAL PARA CONDUTOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Cargo criado pela **Lei Municipal** nº 5.376/2023 --- **Semad** dimensionou o vencimento básico --- Ingresso é feito por **processo seletivo**	▪ Prefeitura teve **problemas para preencher as funções ofertadas em PSS** para condutor de transporte escolar --- ▪ **Mercado** paga média de remuneração básica de **R$ 2.500** --- ▪ **Projeto de lei** na Câmara dos Deputados sugere remuneração mínima de **R$ 3.200** para a categoria --- ▪ Mas Prefeitura paga remuneração de **apenas R$ 2.019** e **salário ruim** afugenta bons profissionais

Assessoria de Gabinete da Vereadora Eliene Soares.

Por esta razão, **indico ao Governo Municipal que corrija e adeque a remuneração dos condutores de transporte escolar com base, pelo menos, no média de mercado (R$ 2.500) ou, de forma mais justa, com base no que propõe projeto de lei em trâmite na Câmara dos Deputados (R$ 3.200)**. A medida teria impacto financeiro de R$ 2 milhões por mês, que é praticamente o que se gasta com horas-extras para tentar "segurar" os profissionais, já que o salário é baixo e desmotiva os trabalhadores.

É o que tenho a indicar.

Câmara Municipal de Parauapebas, 4 de novembro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
ELIENE SOARES DE SOUSA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Eliene Soares
Vereadora | **Solidariedade**